

John Andrews

# OS GRANDES CONFLITOS MUNDIAIS

Tradução  
Ana Glória Lucas



Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.  
Reprodução proibida por todos e quaisquer meios.

A presente edição segue a grafia do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

© 2015, John Andrews  
Publicado originalmente no Reino Unido por Profile Books Ltd.  
Direitos para esta edição:  
© 2016, Clube do Autor, S. A.  
Avenida António Augusto de Aguiar, 108 - 6.º  
1050-019 Lisboa, Portugal  
Tel.: 21 414 93 00 / Fax: 21 414 17 21  
info@clubedoautor.pt

Título original: *The World in Conflict: Understanding the world's troublespots*  
Autor: John Andrews  
Tradução: Ana Glória Lucas  
Revisão: Rui Augusto  
Paginação: Júlio Carvalho – Artes Gráficas  
em caracteres Palatino  
Impressão e acabamento: Eigal (Portugal)

ISBN: 978-989-724-301-1  
Depósito legal: 409 959/16  
1.ª edição: Junho, 2016

[www.clubedoautor.pt](http://www.clubedoautor.pt)

Para Mika e Sam, na esperança vã de que possam crescer  
num mundo sem conflitos.

## Zonas geográficas abrangidas pelos diferentes capítulos



# ÍNDICE

Uma explicação .....	13
<b>1. As razões .....</b>	<b>15</b>
A força dos fiéis .....	18
Para lá da religião .....	19
A combinação fatal .....	24
O poder dos meios de comunicação social .....	28
<b>2. Médio Oriente e Norte de África: unidos pelo Islão .....</b>	<b>33</b>
Argélia .....	41
Egito .....	44
Irão .....	49
Iraque .....	57
Israel e Palestina .....	65
Líbano .....	77
Líbia .....	87
Síria .....	92
Iémen .....	101
<b>3. África: rica em recursos, pobre na governação .....</b>	<b>109</b>
Angola .....	113
República Centro-Africana .....	115
Chade .....	118
Costa do Marfim .....	120
República Democrática do Congo .....	122
Eritreia .....	126
Etiópia .....	128
Quénia .....	132
Mali .....	135

Nigéria .....	138
Senegal .....	143
Somália .....	145
Sudão do Sul .....	150
Sudão .....	153
Uganda .....	160
<b>4. Europa: passado sangrento, presente complacente, futuro incerto ...</b>	<b>163</b>
Reino Unido .....	165
França .....	172
Geórgia .....	178
Grécia .....	180
Itália .....	182
Nagorno-Karabakh .....	185
Rússia .....	187
Espanha .....	194
Turquia .....	199
Ucrânia .....	204
<b>5. América Latina: fé, drogas e revolução .....</b>	<b>213</b>
Chile .....	218
Colômbia .....	220
Equador .....	225
México .....	226
Paraguai .....	232
Peru .....	234
<b>6. Estados Unidos: superpotência e Golias vulnerável ao mesmo tempo .....</b>	<b>239</b>
O equilíbrio de poderes .....	242
As sementes do terror .....	246
Guerra global contra o terror .....	249
Polícia global? .....	254
A ameaça interna .....	257
<b>7. Ásia: população e potencial, para a paz ou para a guerra .....</b>	<b>261</b>
Afeganistão .....	264
China .....	270
Índia .....	278
Indonésia .....	281
Coreia (do Norte e do Sul) .....	286
Myanmar .....	291

## ÍNDICE

Paquistão .....	294
Filipinas .....	301
Tailândia .....	310
<b>8. Guerra infundável? .....</b>	<b>311</b>
Os órgãos de comunicação e a mensagem .....	315
A mensagem mista do Islão .....	318
O <i>lobby</i> das armas: vendedores interessados e compradores interessados .....	320
<b>Anexos</b>	
1. Do terrorismo à respeitabilidade: o tempo e o triunfo tudo mudam .....	327
2. Organizações terroristas: designar e proscrever .....	331
3. O desafio do árabe .....	335
Agradecimentos .....	337



## UMA EXPLICAÇÃO

A palavra «conflito» pode ser aplicada a tudo, desde uma briga de recreio de escola até à Segunda Guerra Mundial. Neste livro, significa uma divergência de opiniões – entre nações, povos ou movimentos políticos – que implique o recurso à violência mortífera. O meu critério é que o conflito, por muito atrás que remonte o seu início, esteja vivo ainda hoje em dia (e essa é a razão por que, por exemplo, fiz apenas uma breve referência às guerras na ex-Jugoslávia no final do século passado).

Existe um número impressionante de conflitos que correspondem ao meu critério, desde as guerras civis que se arrastam no Iraque e no Afeganistão até à violência secessionista na Índia e nas Filipinas. E a violência desencadeada pelo «crime organizado» também se encaixará nos meus critérios? Não, quando os criminosos pertencem à máfia russa. Mas, no caso da América Latina, os conflitos que envolvem os cartéis da droga ameaçam o próprio Estado, e a violência entre os cartéis e entre estes e o Estado é suficientemente extrema para os incluir.

No entanto, com base na causa e efeito, tentei enquadrar cada conflito no seu contexto histórico. Procurei igualmente não «tomar partido»: os conflitos violentos desencadeiam paixões, sem dúvida entre os intervenientes, mas muitas vezes também entre os que lhes são alheios (o conflito israelo-árabe é um exemplo óbvio), mas espero ter conseguido ser imparcial.

Tal como fica claro no Capítulo 1, os conflitos podem ter muitas causas, que por vezes se sobrepõem, o que dificulta a sua catalogação em categorias: religiosos, raciais, territoriais, pelos recursos ou ideológicos. A solução mais simples é sem dúvida organizá-los geograficamente e

por países, ainda que muitos deles, especialmente em África e no Médio Oriente, atravessem as fronteiras nacionais.

O melhor exemplo deste desafiar das fronteiras nacionais é o crescimento do islamismo violento. Em parte, a sua origem pode ser datada da época da Guerra Fria, quando o Ocidente apoiou os *mujahedin* muçulmanos do mundo árabe na sua luta, por fim bem-sucedida, para expulsar as tropas soviéticas do Afeganistão. Tal como se evidencia nos capítulos deste livro sobre o Médio Oriente, África e Ásia, os movimentos islamistas atuais – seja na Argélia e Mali ou Paquistão e Filipinas – têm frequentemente as suas raízes no Afeganistão da década de 1980.

O islamismo violento marca também uma tendência de crescimento naquilo que seria uma tendência para o decréscimo dos conflitos no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, da Guerra Fria. Enquanto as guerras entre Estados quase desaparecem, as guerras civis e as insurreições – muitas com laivos de islamismo – tomam o seu lugar e ridicularizam as nossas fantasias recentes de paz universal e triunfo da democracia.

Devemos por isso render-nos a um pessimismo fatalista? Este guia dos conflitos mundiais pode bem trazer à memória uma frase de Mahatma Gandhi:

Que diferença faz aos mortos, aos órfãos e aos sem-abrigo se a loucura da destruição é praticada em nome do totalitarismo ou do sagrado nome da liberdade e da democracia?

Mas Gandhi falava durante uma época horrivelmente marcada pela Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Embora as suas palavras sejam ainda relevantes, pelo menos muitos dos conflitos atuais estão a criar menos cadáveres e menos órfãos, como fica demonstrado no Capítulo 8.

Por último, a transliteração do árabe é repleta de dificuldades (ver Anexo 3). Espero não ofender os puristas desviando-me frequentemente da correção clássica.

John Andrews  
Outubro de 2015

## AS RAZÕES

«Se ensinássemos todas as crianças de oito anos a meditar, eliminaríamos a violência no mundo numa só geração.» Ou, pelo menos, assim terá dito o Dalai Lama, numa dessas citações reconfortantes que se propagam a grande velocidade no mundo das redes sociais. Evidentemente, não há nenhuma possibilidade de a sugestão de Sua Santidade ser cumprida. Se o presente é o guia para o futuro, então este será pejado de conflitos frequentes – numa confirmação de que a violência faz parte da condição humana e de que homens e mulheres continuarão a pegar em armas para alcançar os seus objetivos. Tal como afirmou Carl von Clausewitz, um general prussiano com uma visão da humanidade mais realista do que a do líder tibetano, «a guerra é um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer o que nós queremos».

As provas estão por todos os lados. Só no século XXI, que não completou ainda as duas décadas, os Estados Unidos e os seus aliados já invadiram o Iraque e o Afeganistão; a Rússia tem estado em guerra com a Geórgia; o Reino Unido e a França juntaram-se para ajudar a derrubar um regime na Líbia – que depois sucumbiu a uma anarquia fratricida. Estes são apenas alguns dos conflitos mais sangrentos que opõem as nações. Outros são menos sangrentos, mas ainda assim perigosos: por exemplo, o impasse nervoso entre a Índia e o Paquistão em Caxemira, onde tropas de ambas as partes trocam ameaças – ocasionalmente com resultados fatais – através da linha de controlo traçada em 1972 nas montanhas nevadas dos Himalaias e do Caracórum. No Extremo Oriente, a Coreia do Norte e a do Sul podem não estar em conflito direto, mas o Norte totalitário e equipado com armas nucleares e o Sul

capitalista e democrático ainda não concluíram nenhum tratado de paz que ponha termo formal a uma guerra que se iniciou em 1950. Noutras regiões do Pacífico, disputas territoriais e marítimas envolvem a China, Taiwan, o Japão, as Filipinas, a Malásia, o Vietname e o Brunei e ninguém pode ter verdadeiramente a certeza de que estas disputas em torno de pedaços de rocha ou vastas áreas de mar não conduzirão a um conflito armado, seja por desígnio, seja por erro humano.

Uma escola de pensamento defende que a democracia e a paz andam de mãos dadas. Os neoconservadores norte-americanos, reunidos em torno do presidente George W. Bush, acreditavam que o derrube de Saddam Hussein em 2003 levaria a democracia ao Iraque, primeiro, e depois ao resto do Médio Oriente, o que, por sua vez, proporcionaria uma aceitação autêntica do Estado de Israel democrático por parte dos vizinhos árabes. Afinal, Rudolph Joseph Rummel e outros cientistas políticos têm argumentado de forma convincente que as democracias não travam guerras umas com as outras. Tristemente, o que se seguiu à guerra no Iraque – seja o derramamento sectário de sangue no próprio Iraque ou a guerra civil na Síria adjacente – escarneceu das previsões ingénuas dos neoconservadores.

Mas se, por um lado, as democracias são adversas a atacar outras democracias, por outro, dificilmente são imunes aos conflitos armados no seu interior, seja o caso dos separatistas bascos em Espanha ou dos extremistas republicanos norte-irlandeses no Reino Unido. Assim como não são imunes à violência importada. O ataque às Torres Gémeas em Manhattan (Nova Iorque) ou ao Pentágono (nas imediações de Washington, D. C.), no dia 11 de setembro de 2001, estilhaçou a ilusão complacente de que os EUA – a hiperpotência económica e militar mundial – não seriam atingidos no seu território pelas consequências das suas políticas no estrangeiro. Não deixa de ser uma amarga ironia o facto de esta data, escrita ao estilo americano, ser o número telefónico de emergência do país. Foi o 9/11 que deu origem à guerra global do presidente Bush contra o terror e às invasões do Afeganistão e do Iraque, e foi o mesmo 9/11 que gravou a Al-Qaeda de Osama bin Laden na consciência global.

Terá a Al-Qaeda (nome que, em árabe, significa «a base») introduzido uma nova forma de conflito no mundo? As armas que escolhe são, na realidade, bastante convencionais: terrorismo contra os civis, do qual

o 11 de Setembro é o exemplo supremo, mas que está longe de ser o único; armas ligeiras, nomeadamente as espingardas de assalto *AK-47* e lança-granadas; e engenhos explosivos improvisados (EEI). Por outras palavras, é o recurso normal dos relativamente fracos contra os tecnologicamente poderosos, naquilo que agora se chama uma guerra assimétrica. Nem sequer a utilização de bombistas suicidas pela Al-Qaeda é uma coisa nova: já nos anos 1980, os Tigres Tâmile levavam a cabo ataques suicidas no Sri Lanka na sua tentativa sangrenta, e por fim fracassada, para criar um Estado tâmil independente no norte da ilha.

Mas há duas áreas onde a Al-Qaeda entrou em terrenos novos. Uma delas é a utilização das redes sociais, nomeadamente colocando vídeos no YouTube, para espalhar a sua mensagem para lá do Médio Oriente. Um exemplo foi o recrutamento de Anwar al-Awlaki, um americano de origem iemenita, para utilizar o seu inglês fluente na pregação do extremismo islâmico na Internet para todos os muçulmanos não falantes do árabe onde quer que se encontrem (Awlaki foi morto no Iémen em 2011, num ataque com drones dirigido pela CIA). A outra inovação é o *franchising* do nome Al-Qaeda. Assim como a McDonald's empresta o seu nome e receitas a empresários independentes em todo o mundo, o mesmo acontece com a Al-Qaeda, cujas ramificações se estendem do Iraque ao Mali.

A Al-Qaeda foi, de alguma forma, eclipsada pelo Estado Islâmico o Iraque e no Sham (ISIS – Islamic State of Iraq and al-Sham)<sup>1</sup>, cuja outra sigla é ISIL, ou seja, Estado Islâmico o Iraque e o Levante (Sham é o nome árabe para Grande Síria ou Levante). Enquanto a Al-Qaeda concentrou grande parte dos seus esforços em ataques fora do mundo muçulmano, o ISIS proclamou um novo califado no Médio Oriente e recrutou milhares de combatentes na Europa e no resto do mundo árabe através da sua presença na Internet, complementada com vídeos habilidosamente produzidos de decapitações e de crueldade marcial, presença essa muito mais sofisticada do que a da Al-Qaeda.

---

<sup>1</sup> Nesta edição surgem inúmeras siglas de organizações variadas. Optámos por adotar as formas consagradas na imprensa nacional e/ou estrangeira. Estão traduzidas, na primeira ocorrência, ao longo do texto; em alguns casos, quando são menos conhecidas ou porque as letras da sigla não correspondem às iniciais da tradução, é também transcrita a sua forma original. No caso do ISIS, que em Portugal passou a ser designado por EI (Estado Islâmico) e, depois dos atentados de Paris de 13 de novembro de 2015, por Daesh, mantivemos a opção original do autor. (*N. da T.*)

## A força dos fiéis

No caso da violência desencadeada pela Al-Qaeda e pelo ISIS, a religião é um fator óbvio. A invocação de uma forma pura do Islão; a divisão do mundo entre *dar al-Islam* (a casa do Islão) e *dar al-harb* (a casa da guerra, habitada por aqueles que têm ainda de ser subjugados ao Islão); a determinação de criar um novo califado que transcenda as fronteiras dos Estados modernos: tudo isto é como se o mundo não tivesse mudado nos 13 ou mais séculos desde que a fé muçulmana começou a espalhar-se, pela conquista e conversão, desde a Península Arábica até ao Atlântico, a ocidente, e até aos Himalaias, a oriente. O fanatismo sunita fundamentalista da Al-Qaeda e do Estado Islâmico, desprezando todas as outras formas de Islão, especialmente o xiismo, alarma inclusive os rígidos wahabitas da Arábia Saudita, mas entusiasma aqueles que anseiam pelas restrições claras da *sharia* (lei islâmica) e pelo fim da corrupção e da decadência.

Pelo menos em termos das manchetes, e muito possivelmente também em termos de derramamento de sangue (por exemplo, a guerra de 1980-1988 entre o Irão xiita e o regime de Saddam Hussein no Iraque, secular mas liderado por sunitas), a fonte mais grave de conflitos é esta divisão dos muçulmanos em sunitas e xiitas. Ela provoca e ameaça com convulsões violentas por todo o Médio Oriente e até fora desta região, desde o Líbano a ocidente até ao Afeganistão e ao Paquistão a oriente, e até mesmo para sul, em algumas zonas da África Oriental.

No entanto, ironicamente, alguns académicos contestam esta posição, argumentando que o cisma inicial não teve nenhuma causa teológica nem ideológica. Em vez disso, deveu-se a um desentendimento político sobre quem devia ser o califa (sucessor) da comunidade muçulmana (*umma*, em árabe) após a morte do profeta Maomé no ano de 632. Os xiitas, designação que deriva da palavra que significa «partido» ou «fação» em árabe, eram os partidários de Ali, primo e genro do profeta, e acreditavam que devia ser este o primeiro califa. Em vez disso, foi Abu Bakr, sogro do profeta, quem lhe sucedeu imediatamente, nomeado pelos sunitas (a palavra *sunna* refere-se aos hábitos e costumes de Maomé), alegando que o importante era o valor de um homem, não o seu parentesco com o profeta. Houve ainda mais dois califas, Umar e Uthman, antes de os sunitas,

em 656, aceitarem Ali como o quarto dos califas *rashidun* (divinamente guiados).

Mas a paz entre sunitas e xiitas foi de curta duração. Em 661, Ali foi atacado enquanto rezava e morreu poucos dias depois. O seu filho Hassan foi quase imediatamente obrigado a entregar o califado a Muawiya ibn Abi Sufyan, um adversário de longa data de Ali e também cunhado do profeta. Quando Muawiya morreu, em 680, o seu filho Yazid assumiu o califado, mas foi desafiado por Hussein, outro filho de Ali. Numa rápida batalha travada em Karbala, no Iraque atual, Hussein e os seus seguidores foram derrotados e, para ira máxima dos xiitas, os seus corpos mutilados.

Nos séculos que se seguiram, a política tornou-se ao mesmo tempo teológica e cultural. Para os xiitas, Ali foi o primeiro imã, ou líder do culto da comunidade, e todos os imãs posteriores foram seus descendentes diretos. Mas quantos descendentes? Os próprios xiitas dividem-se em septimanes (os seguidores ismaelitas do Aga Khan, que reconhecem sete imãs), zaiditas (predominantes no Iémen, que reconhecem apenas os cinco primeiros imãs) e duodecimanos (a facção maioritária, que venera 12 imãs), consoante o número de imãs que reconhecem até ao desaparecimento do último imã final – que emergirá mais tarde como o Mahdi (o que vem redimir o mundo). A semelhança com o conceito cristão e judaico do Messias é óbvia, e os sunitas também aceitam a ideia de um Mahdi. O que eles rejeitam é o misticismo e a flexibilidade filosófica provenientes do coração xiita do que foi o Império Persa. Enquanto a doutrina sunita é essencialmente simples e direta (os imãs sunitas são os chefes locais na mesquita, sem nenhum do poder quase papal conferido aos seus homólogos xiitas), o xiismo foi influenciado pelo zoroastrismo persa e pelo maniqueísmo – uma evolução que serve apenas para agravar a antipatia tradicional entre árabes e persas, e, portanto, entre o mundo árabe atual e o Irão.

### **Para lá da religião**

Difícilmente a religião é o único fator na origem de conflitos. As nações e os indivíduos recorrem à força por causa da ideologia, do território

e da procura de recursos. Combatem-se uns aos outros por causa do que consideram ser as suas identidades próprias. A pressão demográfica também pode desempenhar o seu papel, quando uma população em crescimento procura mais espaço para viver. Na década de 1990, Samuel Huntington, um cientista político norte-americano, propôs uma teoria de «choque de civilizações» que viria a tornar-se famosa. A causa subjacente aos conflitos presentes e futuros, argumentava ele, eram as tensões entre as culturas: ocidental, latino-americana, islâmica, confucionista, hindu, eslavo-ortodoxa (o cristianismo da Rússia e da Europa Oriental), japonesa, e, possivelmente, africana. Continua a ser uma teoria controversa, rejeitada por alguns críticos como sendo demasiado simplista e prestar pouca atenção às pressões económicas e às tensões internas das culturas. Inversamente, o sentimento antiocidental, em especial antiamericano, em grande parte do mundo muçulmano e os confrontos entre a China e o Japão constituíram um bom motivo de reflexão para os críticos de Huntington. Talvez, admitiram eles com relutância, exista algo na noção de conflitos culturais que transcenda os conflitos alimentados tantas vezes ao longo da História pelo nacionalismo beligerante.

Se as culturas não estão confinadas às fronteiras nacionais, o mesmo se pode dizer das ideologias. O século XX foi marcado por quatro grandes disputas: entre fascismo e comunismo; democracia e totalitarismo; capitalismo e socialismo; imperialismo e descolonização. Alguns destes confrontos foram dos mais sangrentos de toda a História: o balanço de mortos da Primeira Guerra Mundial (ironicamente designada como a guerra para pôr fim a todas as guerras) ascendeu a pelo menos 16 milhões; alguns especialistas, ao incluírem as mortes causadas pelas doenças e pelas fomes decorrentes da guerra, situam o número de mortos da Segunda Guerra Mundial em mais de 80 milhões. E, depois, houve a Guerra Fria, que opôs os EUA e o Ocidente à União Soviética durante quatro décadas.

O confronto foi frio no sentido de que, nesta disputa ideológica, nem o Ocidente nem a União Soviética entraram em guerra aberta (felizmente, dada a existência de ogivas nucleares em ambas as partes); em vez disso, o conflito travou-se por procuração, nomeadamente no Terceiro Mundo, onde as colónias das potências ocidentais exigiam (e acabaram por alcançar) a sua independência. No Médio Oriente, a divisão

da Guerra Fria foi quase uma caricatura: os EUA apoiavam Israel e as monarquias conservadoras da Jordânia, da Arábia Saudita e do Golfo; e a União Soviética apoiava as repúblicas socialistas da Síria, do Egito e do Iraque. Vestígios dessa caricatura permanecem ainda hoje – um exemplo disso é a recusa da Rússia em apoiar os apelos dos EUA a uma mudança de regime na Síria depois de os ventos da Primavera Árabe terem provocado, primeiro, um levantamento popular em 2011 e, depois, uma guerra civil generalizada.

A questão dividiu também a Europa: a Cortina de Ferro, como Churchill a designou, separou o continente em dois campos – o ocidental e o soviético –, e mesmo do lado ocidental da cortina havia influentes partidos comunistas pró-soviéticos, especialmente em França e em Itália. Após o colapso da União Soviética e a reunificação da Alemanha nos finais da década de 1980 e inícios da de 1990, Francis Fukuyama, um reconhecido cientista político norte-americano, escreveu:

Aquilo a que estamos a assistir pode não ser apenas o final da Guerra Fria ou o falecimento de um determinado período da história do pós-guerra, mas sim o fim da História enquanto tal: isto é, o termo da evolução ideológica do homem e a universalização da democracia liberal ocidental enquanto forma última da governação humana.

Oxalá que assim fosse. Fukuyama modificou depois disso os seus pontos de vista, reconhecendo que os neoconservadores norte-americanos, em cujo campo ele é uma figura de destaque, se tinham enganado, como ficou comprovado pela trágica realidade da guerra no Iraque. Infelizmente, o triunfo da democracia liberal ocidental pode ter de esperar.

Durante quanto tempo, se não mesmo para sempre, é uma questão espinhosa que terá de esperar resposta. Tal como concluiu a Freedom House, um grupo de reflexão norte-americano, embora a democracia (em sentido lato) se tenha espalhado de maneira impressionante em finais do século XX, estagnou desde essa altura. Os estudiosos da Freedom House reconheceram que, em 2000, havia 120 democracias em todo o mundo – um avanço impressionante em relação às 11 que podiam ser

contabilizadas em 1941 –, mas que 2014 foi o nono ano consecutivo em que, segundo os seus cálculos, a liberdade global sofreu um declínio.

Os pilares básicos da democracia – liberdade de expressão, liberdade de reunião, eleições livres e um sistema judicial independente – seriam, à primeira vista, fatores dissuasores da violência, perfeitamente adequados. Na prática, falham repetidamente. Os EUA, que frequentemente se afirmam como a democracia ininterrupta mais antiga do mundo (a reivindicação da Islândia é enfraquecida por uma pausa de 45 anos nas suas sessões parlamentares no século XIX), têm deparado regularmente com dissidentes internos que preferem o terrorismo à urna dos votos. Grupos como os Panteras Negras, o Exército Simbiótico de Libertação, a Irmandade Ariana e os Homens da Meteorologia<sup>2</sup> têm levado a cabo ataques violentos contra o governo federal; e dezenas de grupos de milícias afirmam hoje em dia a sua disposição, caso seja necessário, para pegar em armas contra um governo tirano. As democracias europeias passaram por problemas semelhantes: a Alemanha, por exemplo, com o grupo Baader-Meinhof (também conhecido como Fração do Exército Vermelho); a Itália com as Brigadas Vermelhas; a França com o Ação Direta. O mesmo aconteceu no Japão democrático: nos anos de 1970 e 1980, o Exército Vermelho Japonês levou a cabo vários atentados mortíferos, tanto no Japão como no estrangeiro – em apoio a grupos palestinianos; em 1995, a seita Aum Shinrikyo perpetrou um atentado com gás sarin no metropolitano de Tóquio.

Estes grupos, seja nos EUA, na Europa ou no Japão, eram todos motivados por uma fervorosa determinação ideológica para modificar algumas das sociedades mais ricas do mundo. O mesmo impulso existe igualmente em países pobres. A corrupção na política e nos negócios, geralmente aliada a disparidades extremas na distribuição da riqueza, conduz quase garantidamente às convulsões sociais – e por isso à violência com laivos de ideologia. A Al-Qaeda no mundo árabe é um exemplo óbvio, mas também os guerrilheiros das FARC marxistas na Colômbia ou os insurrectos naxalitas maoistas na Índia.

---

<sup>2</sup> Weather Underground Organization (WUO), coloquialmente conhecida como Weathermen, foi um grupo radical de esquerda que surgiu em finais da década de 1960 na Universidade do Michigan e se propunha derrubar o Governo dos EUA. Desapareceu com o fim da Guerra do Vietname. (*N. da T.*)